Amnistia
Internacional
Secção Portuguesa

TL 1932

Campanha Indonésia/Timor-Leste em Badajoz

No âmbito da Campanha Indonésia/Timor-Leste, o Núcleo de Badajoz da secção espanhola decidiu convidar o Grupo Coordenador da Campanha em Portugal para a realização de um debate.
No dia 10 de Fevereiro, de manhã, metemo-nos a caminho. Durante a viagem íamos ouvindo na rádio os apelos de ajuda do Bispo Ximenes Belo e de outro timorense. Pediam simplesmente que contássemos ao resto do Mundo o que se estava a passar em Díli, onde os "ninjas" estavam a fazer "desaparecer" jovens timorenses.
À chegada a Badajoz, encontrámos a cidade pejada de cartazes a anunciarem um concerto dos Madredeus, ao lado um outro cartaz anunciava uma "charla-colóquio" sobre a "Indonesia y Timor Oriental".
Cedo descobrimos o Hotel e pouco depois os primeiros elementos do Núcleo de Badajoz brindaram-nos com um comentário engraçado: "são todos muito novos"...
Já no local onde iria realizar-se o debate, e após termos conhecido outros elementos deste Núcleo, iniciámos a habitual troca de galhardetes; um *pin* para nós, um *poster* para eles, e por aí adiante.
A esta altura devem estar todos a pensar como é que nós comunicávamos, pois é corrente pensar-se que os espanhóis não nos compreendem. Desenganem-se, pois entendemo-nos lindamente, situação que foi facilitada (numa ou noutra palavra) pelo facto de alguns deles terem aprendido português.
Sobre o debate propriamente dito, pois foi para isso que lá fomos, podemos dizer que só teria corrido melhor se a imprensa local tivésse comparecido, pois não faltaram atentos assistentes, entre os quais o Cônsul de Portugal.
Após uma breve apresentação da Secção Portuguesa e do trabalho desenvolvido pelos Grupos Locais, iniciámos a explicação dos motivos e casos da campanha, ao mesmo tempo que íamos passando pela assistência *posters* bilíngues sobre as pessoas de que falávamos.
Não nos esquecemos naturalmente, da questão da venda de material espanhol às forças armadas indonésias, oportunidade para lhes contar o caso OGMA, de cuja clarificação ainda estamos à espera.
Explicámos-lhes que em Portugal, as violações dos Direitos Humanos em Timor e na própria Indonésia são transmitidas quase diáriamente e foi com alguma emoção que lhes transmitimos o apelo feito naquela madrugada pelo bispo de Díli: "ajudem-nos caramba!". Era para isso que alí estávamos todos.
Depois da nossa apresentação, e de nos termos certificado que os assistentes - que eram agora mais de quarenta — nos estavam a entender, colocámo-nos à disposição para responder a perguntas, que não tardaram. Desde questões relacionadas com a eficácia do nosso trabalho, até perguntas sobre Cuba e a posição política da A.I., de tudo um pouco falámos.
Terminámos a sessão com um pedido de colaboração no abaixo-assinado que irá ser enviado ao presidente Suharto e com a esperança de termos despertado algumas consciências para a situação dos Direitos Humanos na Indonésia e em Timor-Leste.
No resto do fim-de-semana, e aproveitando a deslocação, tivémos oportunidade de visitar Badajoz, Cáceres (uma cidade com um centro histórico deslumbrante) e Mérida. Realizámos também um jantar de trabalho, durante o qual ficámos a par da história, sucessos e dificuldades do Núcleo de Badajoz, motivo aliás, para o artigo junto.
No final, ficou a promessa de nos mantermos em contacto e de os recebermos tão bem quanto eles nos receberam.

ENTREVISTA COM O NÚCLEO DE BADAJOZ

Para conhecer um pouco da história do Núcleo de Badajoz, reunimo-nos no seu "local de trabalho"; como é hábito, a casa particular de um dos casais que dele fazem parte, e entrevistámos os elementos presentes.
Este núcleo surgiu em Outubro de 1993; na sequência de contactos efectuados por um membro da Secção Espanhola a membros da AI da região para incentivar a formação de um Grupo.
As pessoas que hoje o formam, e que na sua maioria são professores, não se conheciam antes, mas para quem como nós, passou cerca de três dias com eles, parecem entender-se há muito tempo. Tal facto salientou-se também na forma simpática como nos receberam.
Voltando à formação do Núcleo, soubemos que após uma reunião inicial, decidiram organizar os primeiros passos para futuras acções: nessa altura houve uma Conferência de Imprensa de apresentação. Neste momento da nossa conversa, alguém suspira lamentando a falta de interesse da imprensa de Badajoz, que não esteve presente na conferência sobre a Indonésia e Timor-Leste. Aproveitam a ocasião para sublinhar a pouca sensibilidade da Imprensa para a situação de Timor, e mesmo dos Direitos Humanos em geral...
Notámos sem dúvida, que têm muito trabalho a fazer, que ainda estão no início, mas demonstram um grande interesse, que os ajudará a sensibilizar as populações da região para os Direitos Humanos e a actividade da AI.
Voltando à nossa conversa, o Núcleo iniciou o seu trabalho organizando "Acções Urgentes". Nessa altura, escreveram aos membros da AI da província de Badajoz (cerca de 80), apresentando-se e propondo criar uma rede, que neste momento tem 30 elementos.
Reúnem todas as quartas-feiras, e têm tarefas distribuídas individualmente, mas não houve até hoje nenhum contacto pessoal com a secção espanhola. Apenas recebem o correio semanal, com os documentos habituais.
Entretanto, participaram numa campanha específica da secção espanhola que pretende abolir a pena de morte no código militar. Como as diferentes províncias têm um parlamento próprio, que pode propôr a abolição de uma lei, falaram com os representantes dos diferentes grupos parlamentares da Estremadura, e conseguiram que o assunto fosse tratado na Assembleia Regional. Esta, aprovou por unanimidade uma moção para a abolição da lei.
Neste momento, sabem que o Parlamento das Astúrias já tomou a mesma decisão e que outros cinco têm já petições sobre o assunto.
Para um contacto mais directo com as populações, têm uma banca nos primeiros sábados de cada mês, na praça principal de Badajoz, o "Passeo de S. Francisco", onde, como é usual, desenvolvem acções de angariação de fundos, e esclarecimentos sobre as suas actividades.
Na Semana da AI, em Outubro de 1994, o Núcleo de Badajoz apresentou uma exposição numa escola secundária, de cartazes por eles próprios elaborados, sobre a AI e a Campanha das Crianças. A exposição foi depois para uma residência universitária, onde houve um debate no dia 30 de Janeiro, Dia da Não-Violência e da Paz.
O resultado desta acção, foi o envio de

in "Amnistia Internacional Internacional", Mar.-Abr. 95 nº 8

Portugal

Denúncias de torturas e maus tratos

brinquedos para os Presidentes da Bulgária, Indonésia, Venezuela, Paquistão e Brasil, para que os entregassem aos meninos cujas violações dos Direitos Humanos eram relatadas na Campanha das Crianças. Outra iniciativa, relacionou-se com a própria Espanha, já que neste país, se pode ser objector de consciência antes e depois da tropa, mas nunca no momento em que se cumpre o serviço militar. Por isso, estão a tentar que o Parlamento e o Ministério da Justiça alterem esta lei.
O Núcleo tem-se preocupado também com o debate de questões internas, e tem participado em sessões de formação em Madrid. Participam nas Campanhas em curso, e foi nesse âmbito que, sabendo a importância do caso de Timor-Leste para Portugal, decidiram convidar o Grupo Coordenador da Campanha Indonésia/Timor-Leste para uma sessão pública em Badajoz.
Além disto, escreveram cartas para advogados e sindicatos falando sobre o tema e pedindo colaboração, mas até ao momento desta entrevista, não tinham ainda obtido qualquer resposta. Mais uma vez, surgiram os comentários sobre a falta de sensibilidade dos espanhóis e do próprio governo para este assunto...
A Secção espanhola tem 50 grupos e 24 núcleos, tendo Madrid 9 grupos locais e um núcleo. A angariação de fundos é feita pelo grupo através da venda de materiais e de uma conta bancária, além de um subsídio que recebem da Secção — uma percentagem, calculada de acordo com o número de membros da região, paga trimestralmente. Em Badajoz têm 80 membros, pelo que recebem 80 mil pesetas por ano.
Após esta longa conversa e troca de experiências, debatemos ainda a possibilidade de futura colaboração em acções diversas o que, estamos certos, só enriquecerá este movimento.
Os nossos agradecimentos ao Núcleo de Badajoz, especialmente a quem nos acompanhou durante três dias e nos deu esta entrevista: Javier Figueiredo, Vitória Lebrato, Angela Ribera, Gabriel Carreras, Nerea Lekvona, Belen Lekvona, Javier Vaquero e Elena Lucas.

Ana Cristina Antunes

O Secretariado Internacional da AI divulgou em Março passado o seu relatório semestral com as preocupações da organização sobre a Europa (*Concerns in Europe*, Fevereiro a Dezembro de 1994, AI Index EUR 01/01/95). O documento foca trinta e cinco países europeus, referindo em particular ratificações de tratados internacionais e questões relacionadas com asilo e refugiados, prisioneiros de consciência, objecção de consciência, tortura e maus tratos, condições prisionais e pena de morte.
À semelhança do que tem acontecido de há um tempo, Portugal aparece referido. O texto que se segue é a tradução da parte que se refere ao nosso país.
O Comité Europeu para a Prevenção da Tortura (ECPT), um comité de peritos criado no âmbito da aplicação da Convenção Europeia para a Prevenção da Tortura, Maus Tratos e Tratamentos Desumanos ou Degradantes, publicou o relatório da sua visita a Portugal, em 1992, conjuntamente com a resposta do Governo datada de Outubro de 1993.
O ECPT concluíu, baseando-se em toda a informação recebida, que os maus tratos dados aos detidos eram fenómeno "relativamente comum". O Comité informou que recebeu, numerosos detalhes de alegados maus tratos dados aos detidos por agentes dos três ramos das forças da lei: Polícia Judiciaria (PJ), Polícia de Segurança Pública (PSP), e Guarda Nacional Republicana (GNR), sendo a forma mais comum de maus tratos referida o ataque fisico, incluíndo pontapés, murros e pancadas com as coronhas das pistolas. Peritos médicos examinaram várias das alegadas vítimas de maus tratos e confirmaram a existência de ferimentos físicos ajustados às queixas apresentadas. As pesquisas da Amnistia Internacional acerca dos maus tratos em Portugal em anos recentes estão de acordo com as conclusões do relatório do ECPT. O Ministério do Interior, responsável pela PSP e a GNR, na resposta governamental de Outubro de 1993, comentou que as conclusões do comité eram "manifestamente excessivas". Afirmaram que quando os agentes responsáveis por maus tratos eram identificados, eram "invariável e severamente punidos".

Segundo a experência da Amnistia Internacional, os agentes inculpados de ofensas graves e maus tratos recebem geralmente sentenças nominais e em muitos casos são amnistiados e perdoados. Em Novembro de 1993 o Comité das Nações Unidas Contra a Tortura criticou a "relativa impunidade" que gozam os responsáveis de tortura e maus tratos (ver AI Index: EUR 01/01/94).
O Miinistério da Justiça, responsável pela PJ afirmou em resposta governamental ao relatório do ECPT que não tinha conhecimento de agressão ou turtura cometidos por agentes nos últimos dois anos. Contudo no final do ano o Provedor de Justiça tinha ainda em curso uma investigação que anunciara em Dezembro de 1992 acerca de 32 queixas contra agentes da PJ. Muitas delas eram sobre a utilização de violência por parte da PJ, recebidas pelo Provedor de Justiça nos 23 meses anteriores (ver relatório da Amnistia Internacional de 1994).
A Amnistia Internacional recebeu mais denúncias de maus tratos e de grandes atrasos nos inquéritos a tais denúncias. Em Abril, quatro agentes da PSP de Faro foram acusados de insultar e maltratar um agente da PJ . Os agentes relataram que impediram o agente da PJ de entrar numa festa usando um capacete de mota. Ao insistir, reclamando o seu estatuto oficial, relataram que os agentes o pontapearam e o socaram, levando-o com uma uma testemunha, algemados para a esquadra da polícia. Os homens afirmaram que foram maltratados no caminho e no interior da esquadra .
Em Novembro, começaram no Segundo Tribunal militar de Lisboa três julgamentos de 12 agentes da GNR, acusados de várias agressões a civis. Foram acusados sete agentes de terem agredido gravemente Fernando Carretas e um amigo em Fevereiro de 1992 (ver AI Index: EUR 01/02/94). A audiência foi suspensa até Março de 1995 por um dos acusados ter faltado. Foram julgados cinco outros agentes em casos separados de agressão, dois dos acusados, foram sentenciados em sete e nove meses de peisão respectivamente, mas as sentenças não foram cumpridas, por os agentes já terem sido amnistiados em 1992. Os três restantes foram absolvidos.